

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)

Telefone: 217 984 600

E-mail: secretariadodir@fd.ulisboa.pt

2. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Atendendo à obrigação legal que resulta da alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º do RGPD, a FDUL designou um Encarregado de Proteção de Dados (EPD), responsável por garantir, entre outros aspetos, a conformidade das atividades de tratamento e proteção de dados pessoais com a legislação aplicável e com a presente Política de Privacidade.

Compete, designadamente, ao EPD:

- Monitorizar a conformidade do tratamento de dados com as normas aplicáveis;
- Servir de ponto de contacto para o esclarecimento de questões relativas ao tratamento de dados;
- Cooperar com a CNPD, na sua qualidade de autoridade de controlo;
- Prestar informação e aconselhar a FDUL, ou as entidades subcontratadas, sobre as suas obrigações no âmbito da privacidade e proteção de dados.

Assim, os titulares de dados pessoais, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao EPD, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando, para o efeito, o seguinte endereço de e-mail: rgpd@ulisboa.pt

Encarregado de Proteção de Dados da FDUL: Dr. Tiago Abade

3. ENQUADRAMENTO GERAL

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (adiante designada apenas por Faculdade de Direito ou FDUL) é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia cultural, científica, pedagógica, administrativa e financeira.

No âmbito da sua missão, a FDUL disponibiliza no seu sítio institucional um conjunto de informações relativamente às suas atividades, com o objetivo de as divulgar junto da comunidade académica, sociedade e demais interessados na informação.

A FDUL está empenhada em proteger a privacidade e a segurança de todos os seus estudantes, docentes e trabalhadores (“Utilizadores”), sendo estes aspetos fundamentais na sua atuação e organização com vista ao cumprimento das suas obrigações legais, em particular as que resultam da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento 2016/679, de 27 de abril de 2016, e da Lei de Proteção de Dados, Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

Nesta medida, a FDUL tem vindo a implementar um conjunto de medidas de modo a reforçar a sua Política de Privacidade.

A FDUL procede ao tratamento de dados pessoais nas suas diferentes áreas de atuação, quer nos seus espaços físicos, quer através da plataforma online, sendo uma prioridade garantir a proteção desses dados pessoais.

A Faculdade de Direito pretende ainda assegurar que todos os seus Utilizadores conheçam as regras e princípios relativos à proteção e tratamento de dados pessoais, esforçando-se por garantir a segurança desses mesmos dados, de acordo com as normas e procedimentos definidos na legislação aplicável.

Para o efeito, implementou a presente Política de Privacidade, cujas regras regulam a forma como a Faculdade de Direito recolhe, utiliza, conserva e divulga os dados dos Utilizadores, designadamente os dados recolhidos através do portal académico <https://fenix.fd.ulisboa.pt>, a qual é aplicável a todos os produtos e serviços disponibilizados pela Faculdade de Direito.

Recomenda-se a leitura da presente Política de Privacidade, de forma a poder tomar conhecimento dos seus direitos e das condições em que disponibiliza os seus dados pessoais, autoriza a sua recolha, uso e divulgação.

4. COMPROMISSO DA FDUL: proteger os dados pessoais

Através da presente Política de Privacidade, a FDUL reconhece a importância da segurança dos dados pessoais que trata e assegura a proteção da privacidade dos respetivos titulares no exercício da sua atividade.

Esta Política contém informações sobre as regras, os princípios e as boas práticas no âmbito do tratamento de dados pessoais, bem como os meios ao dispor dos Utilizadores para o exercício dos respetivos direitos.

5. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A FDUL reserva-se o direito de proceder a alterações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente publicitadas no respetivo website e/ou noutros canais adequados.

6. DADOS PESSOAIS

Nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, em diante “RGPD”), são **dados pessoais** qualquer informação, de qualquer natureza e em qualquer suporte relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»).

É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular” (artigo 4.º, n.º 1, do RGPD).

Também constituem dados pessoais, abrangidos pelo âmbito de aplicação do RGPD, o conjunto de informações distintas que podem levar à identificação de uma determinada pessoa, tais como dados descaracterizados, codificados ou pseudonimizados.

Dados pessoais que tenham sido tornados anónimos de modo a que a pessoa não seja ou deixe de ser identificável deixam de ser considerados dados pessoais. Para que os dados sejam verdadeiramente anonimizados, a anonimização tem de ser irreversível.

São exemplos de dados pessoais:

- a) o nome e apelido;
- b) o endereço de uma residência;
- c) um endereço de correio eletrónico como nome.apelido@empresa.com;
- d) o número de um cartão de identificação;
- e) dados de localização (por exemplo, a função de dados de localização num telemóvel);
- f) um endereço IP (protocolo de internet);
- g) testemunhos de conexão (cookies);

Exemplos de dados não considerados pessoais:

- a) o número de registo de empresa;
- b) um endereço de correio eletrónico como info@empresa.com;
- c) dados anonimizados.

Por sua vez, **dados sensíveis** são todos os dados pessoais que estão sujeitos a condições de tratamento específicas. Enquadram-se neste conceito:

- Os dados pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas e a filiação sindical;
- Os dados genéticos;
- Os dados biométricos tratados com o objetivo de identificar uma pessoa de forma inequívoca;
- Os dados relacionados com a saúde;
- Os dados relativos à vida sexual ou orientação sexual da pessoa.

7. TITULARES DE DADOS

É titular de dados qualquer pessoa singular a quem os dados pessoais digam respeito. No contexto das atividades da FDUL, são titulares de dados os membros dos órgãos universitários, os alunos, os docentes, colaboradores e funcionários, independentemente do seu vínculo contratual, prestadores de serviços, investigadores, elementos que colaborem direta ou indiretamente com a FDUL, bem como todas as pessoas singulares que remetam os seus dados ou autorizem a FDUL a utilizarem os seus dados.

8. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS TRATADOS PELA FDUL

A FDUL trata dados pessoais de diferente natureza e sensibilidade, bem como de finalidade associada ao tratamento desses dados, tais como:

- *Dados pessoais de identificação*: nome, data de nascimento, local de nascimento, sexo, nacionalidade, morada, número de telefone, habilitações profissionais, e-mail, número de identificação civil e/ou passaporte, número de contribuinte, número de carta de condução e número de segurança social;

- *Situação familiar*: estado civil, nome do cônjuge, filhos ou pessoas dependentes e/ou qualquer outra informação necessária para determinar os complementos salariais;
- *Atividade profissional*: horário, local de trabalho, data de admissão, cargo, categoria profissional e duração da experiência na categoria, nível salarial, tipologia do vínculo contratual e certificado(s) de qualificação profissional;
- *Informações financeiras*: remuneração, remunerações suplementares, variáveis ou montantes fixos, subsídios, férias, assiduidade, licenças, ou outras informações relacionadas com remunerações suplementares, montante ou taxas de contribuições obrigatórias ou facultativas, métodos de pagamento, nome do banco e número da conta bancária (NIB ou IBAN), declaração de compatibilidade de funções (quando aplicável);
- *Categorias especiais de dados pessoais*: Grau de incapacidade do funcionário e/ou de qualquer membro do seu agregado familiar, possível incapacidade temporária como resultado de acidentes de trabalho ou doenças profissionais e baixas por doença.

9. REGISTO DE TRATAMENTO DE DADOS

A FDUL possui o registo de tratamento de dados, nos termos do artigo 30.º do RGPD, no qual estão identificados:

- O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da proteção de dados;
- As finalidades do tratamento dos dados;
- A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;

- Os prazos previstos para o apagamento das diferentes categorias de dados;
- As medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança implementada para assegurar pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais e a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento.

10. PRINCÍPIOS NO ÂMBITO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

No âmbito do tratamento de dados pessoais, a FDUL observa os seguintes princípios fundamentais:

- *Princípio da lealdade, licitude e transparência:* os dados pessoais são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados;
- *Princípio da limitação das finalidades:* os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- *Princípio da minimização dos dados:* os dados pessoais serão adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados;
- *Princípio da exatidão:* os dados pessoais serão exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- *Princípio da limitação da conservação:* os dados pessoais serão conservados de uma forma que permite a identificação dos titulares apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;

- *Princípio da integridade e confidencialidade:* os dados pessoais serão tratados de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, sendo adotadas as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

Enquanto responsável pelo tratamento, a FDUL compromete-se a assegurar que o tratamento dos dados dos titulares é feito no estrito cumprimento dos princípios mencionados, e que está em condições de poder comprovar o cumprimento dos mesmos.

11. FUNDAMENTAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A FDUL apenas trata **dados pessoais** sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações:

- a) *Consentimento do titular:* quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas, mediante expresse consentimento, que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular consente no tratamento dos seus dados. O consentimento poderá ser obtido por quaisquer meios (incluindo eletrónico), conservando a FDUL um registo do mesmo, como forma de poder comprovar que o titular deu o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais.

O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, sendo que a retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

- b) *Execução de contrato ou diligências pré-contratuais*: quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular. Nesta situação, enquadram-se, a título exemplificativo, o tratamento de dados pessoais dos docentes, colaboradores e prestadores de serviços da FDUL no âmbito da gestão da relação laboral estabelecida ou os respetivos prestadores de serviços no âmbito da relação contratual.
- c) *Cumprimento de obrigação legal*: quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica/legal. Nesta situação, enquadra-se, por exemplo, o tratamento de dados pessoais para cumprimento de obrigações legais que decorram de obrigações declarativas à Segurança Social, Administração Fiscal ou outras Autoridades Administrativas, incluindo o Ministério da Tutela.
- d) *Interesses vitais*: quando o tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, exemplo, no caso de emergências médicas.
- e) *Interesse público/autoridade pública*: quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público. Por exemplo, na necessidade de alertas junto da Direção Geral de Saúde. A FDUL é uma entidade pública e a atividade educativa é conduzida pelo interesse público, pelo que grande parte da atividade tem essa fundamentação ainda que deva ser avaliada em cada processo de tratamento.
- f) *Interesse legítimo*: quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela Universidade ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

A FDUL pode tratar **dados sensíveis** nas seguintes condições:

- a) Se o titular dos dados tiver dado o seu consentimento explícito para o tratamento desses dados pessoais, para uma ou mais finalidades específicas;
- b) Quando, nos termos da legislação da União Europeia, da legislação nacional ou de uma convenção coletiva, o tratamento for necessário para efeitos do cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos da FDUL ou do titular dos dados em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social;
- c) Quando o tratamento for necessário para proteger os interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, no caso de o titular dos dados estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento;
- d) Se o tratamento se referir a dados pessoais que tenham sido manifestamente tornados públicos pelo seu titular;
- e) Se o tratamento for necessário à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional;
- f) Se o tratamento for necessário por motivos de interesse público relevante, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional;
- g) Se o tratamento for necessário para efeitos de medicina preventiva ou do trabalho, para a avaliação da capacidade de trabalho do empregado, o diagnóstico médico, a prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou de ação social ou a gestão de sistemas e serviços de saúde ou de ação social, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional ou por força de um contrato com um profissional de saúde;
- h) Se o tratamento for necessário por motivos de interesse público no domínio da saúde pública, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional;

- i)* Se o tratamento for necessário para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, com base no direito da União Europeia ou no direito nacional.

12. FINALIDADES DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Considerando a diversidade das suas áreas de atuação, a FDUL trata dados pessoais para as seguintes finalidades:

- Dados financeiros – Para pagamento de renumeração dos seus colaboradores e aquisição de serviços; gestão de pagamentos; receção e tratamento de propostas apresentadas em procedimentos aquisitivos; execução de contratos estabelecidos com fornecedores.
- Procedimentos contratuais – Elaboração de contratos, instruindo e praticando os inerentes procedimentos técnico. Receção e tratamento de pedidos de suporte informático; desenvolvimento de novas soluções informáticas para a comunidade académica;
- Recursos Humanos - Gestão de recursos humanos (assiduidade e gestão de horários); processamento salarial; avaliação de desempenho; promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho; atribuição de benefícios sociais aos trabalhadores;
- Atividades desenvolvidas – Organização de eventos no âmbito dos seus princípios e estatutos, realização de seguros de eventos junto de entidades seguradoras, participação em eventos internacionais, cooperação com outras Universidades homólogas.

São exemplos de utilização de dados pessoais por parte da FDUL: gestão do processo académico, comunicação e informação, atividades de natureza estatística.

A FDUL garante a confidencialidade de todos os dados pessoais sujeitos ao seu tratamento, os quais são submetidos a medidas de segurança adequadas, que visam impedir a sua perda, manipulação ou deterioração.

13. PERÍODO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período de tempo necessário para a realização das finalidades para as quais são tratados.

A FDUL cumpre os prazos máximos de conservação legalmente estabelecidos. No entanto, os dados poderão ser conservados por períodos mais longos, para fins de interesse público, cumprimento de finalidades distintas que possam subsistir, como, por exemplo, o exercício de um direito num processo judicial, fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, aplicando – nesse caso – todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para a salvaguarda dos dados pessoais.

Essas garantias implicam a adoção de medidas técnicas e organizativas que visem assegurar, nomeadamente, o respeito pelo princípio da minimização dos dados e pela pseudonimização dos mesmos.

14. RECOLHA DOS DADOS PESSOAIS

A FDUL pode recolher dados de forma direta (i.e., diretamente junto do titular dos dados) ou de forma indireta (i.e., através de terceiros). A recolha pode ser feita através dos seguintes canais:

- *Recolha direta*: presencialmente, por telefone, por e-mail, através das suas plataformas (exemplo: FénixEDU e ERPública SAP);
- *Recolha indireta*: através dos seus parceiros (exemplo: Universidades ou Escolas Parceiras).

15. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A FDUL adota as medidas de segurança, técnicas e organizativas, necessárias à garantia da segurança dos dados pessoais que lhe sejam fornecidos através dos sistemas de informação que são implementados e geridos internamente, para evitar a sua alteração, perda, tratamento e acesso não autorizado, tendo em conta o atual estado da tecnologia, a natureza dos dados sujeitos a tratamento e os riscos a que estão expostos. A FDUL exige que as mesmas medidas de segurança sejam aplicadas por terceiros, internos ou externos à Universidade de Lisboa, fornecedores de sistemas de informação utilizados pela FDUL, tal como se detalha no ponto 18 deste documento.

A FDUL confirma ainda que continuará a implementar as medidas referidas.

A FDUL garante a confidencialidade de todos os dados pessoais cujo tratamento tem à sua responsabilidade.

Todos os dados são recolhidos com recurso a Servidores Seguros (mínimo SSL de 128 bytes) que os encripta/codifica. Poderá verificar se o seu browser é seguro se o símbolo do cadeado aparecer ou se o endereço começa com https em vez de http.

Perante cada operação de tratamento de dados pessoais, a FDUL compromete-se a, para além do exposto:

- Armazená-los em conformidade com medidas de segurança adequadas à integridade dos dados;
- Garantir que os dados são tratados exclusivamente pelos colaboradores cuja intervenção seja efetivamente necessária à satisfação da solicitação do titular dos dados, estando sujeitos a obrigações de sigilo e de confidencialidade;
- Garantir que as entidades subcontratadas, em seu nome e por sua conta, para tratar os dados pessoais recolhidos, apresentam, igualmente, garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas à conformidade das operações de tratamento de dados com o normativo legal e regulamentar aplicável.

16. DIREITOS DOS TITULARES

A FDUL assegura aos titulares dos dados o exercício dos respetivos direitos, nos termos da legislação aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais, nomeadamente:

- *Direito de acesso:* o titular tem o direito de obter a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais.
- *Direito de retificação:* o titular tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.
- *Direito ao apagamento:* o titular tem o direito de obter, o apagamento dos seus dados quando se aplique um dos seguintes motivos: (i) os dados do titular deixarem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento; (ii) o titular retirar o consentimento em que se baseia o tratamento dos dados e não existir outro fundamento jurídico para o referido tratamento; (iii) o titular opor-se ao tratamento ao abrigo do direito de oposição e não existirem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento; (iv) caso os dados do titular sejam tratados ilicitamente; (v) caso os dados do titular tiverem de ser apagados para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que a Universidade ou subcontratante estejam sujeitos. Nos termos legais aplicáveis, a Universidade não tem a obrigação de apagar os dados do titular na medida em que o tratamento se revele necessário ao cumprimento de uma obrigação legal a que esteja sujeita ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito em processo judicial.

- *Direito à limitação:* o titular tem o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar uma das seguintes situações: (i) se contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita verificar a sua exatidão; (ii) se o tratamento for ilícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização; (iii) se já não precisar dos dados do titular para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- *Direito de portabilidade:* o titular tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se: (i) o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte e (ii) o tratamento for realizado por meios automatizados.
- *Direito de oposição:* o titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos.
O titular dos dados dispõe ainda do direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

17. EXERCÍCIO DE DIREITOS PELO TITULAR

Os direitos podem ser exercidos pelo titular mediante contacto com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a qual dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de um mês a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade e elevado número de pedidos, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, através dos seguintes meios:

- Correio ou presencial, no seguinte endereço:

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Cidade Universitária

Alameda da Universidade

1649-014 Lisboa

- Através de e-mail: rgpd@ulisboa.pt

O titular dos dados pode reclamar diretamente à Autoridade Nacional de Controlo de Dados Pessoais, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito (em www.cnpd.pt).

18. TRANSFERÊNCIA DE DADOS A TERCEIROS: SUBCONTRATANTES E TERCEIROS

A Faculdade de Direito poderá recorrer a Subcontratantes, que procederão a atividades de tratamento de dados pessoais por sua conta, designadamente, para o desenvolvimento e gestão dos seus sistemas informáticos, o que pode implicar o acesso por essas entidades a dados pessoais dos seus Utilizadores. Contudo, os terceiros subcontratados estarão obrigados à proteção de dados nos termos expressamente previstos no RGPD, bem como por força de acordo assinado com a Faculdade de Direito destinado a por em prática medidas adequadas à proteção de dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a difusão, a alteração, a divulgação, o acesso não autorizado ou contra qualquer outra forma de tratamento ilícito. Tais terceiros ficarão ainda vinculados a deveres de sigilo profissional e confidencialidade.

Além das situações supra indicadas, a Faculdade de Direito só transmitirá os dados pessoais dos seus Utilizadores a terceiros, quando:

- a) A isso for obrigada por força de disposição legal e apenas na estrita medida das suas obrigações; ou
- b) Nos casos em que a lei expressamente o permita, nomeadamente se o Utilizador autorizar expressa e especificamente tal transmissão e for devidamente informado, por escrito, sobre os destinatários dos dados pessoais e as finalidades dos dados transmitidos.

Subcontratantes: a FDUL poderá recorrer a outras entidades por si contratadas (subcontratantes), para em nome da Faculdade e de acordo com as instruções dadas por esta, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento do disposto no RGPD, na legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais e na presente Política:

- Os subcontratantes não poderão transmitir os dados do titular a outras entidades sem que a FDUL tenha dado, previamente e por escrito, autorização para tal, estando também impedidos de contratar outras entidades sem autorização prévia da Universidade.
- A FDUL compromete-se a assegurar que estes subcontratantes serão apenas entidades que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a assegurar a privacidade dos dados dos titulares e a defesa dos seus direitos.
- Todos os subcontratantes ficam vinculados à FDUL através de um contrato escrito que inclui, o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais, as categorias dos titulares dos dados, os direitos e obrigações das partes, incluindo o dever de confidencialidade, e as medidas de segurança a implementar.

Terceiros: A FDUL está vinculada à Lei e ao cumprimento dos procedimentos administrativos e, nessa medida, obrigada a transmitir dados, incluindo dados pessoais a outras entidades, nomeadamente, entre outros, a:

- Autoridade Tributária;
- Segurança Social e/ou Caixa Geral de Aposentações;
- Embaixadas;
- Corpos profissionais;
- Instituições de pesquisa;
- Companhias de seguros;
- Outras instituições públicas;
- Organismos de acreditação do Ensino Superior;
- Organizações no quadro da Ação Social no Ensino Superior;
- Universidades parceiras para fins do programa Erasmus, ou equiparados;
- Agências de Financiamento / Instituições Parceiras que submetem candidaturas a financiamentos nacionais ou comunitários.

Sempre que ocorra a partilha de informações pessoais com uma destas entidades, a FDUL avaliará a necessidade de obtenção, quando necessário, do respetivo consentimento e tomará todas as medidas e/ou ações necessárias, para confirmar que estas executarão as suas funções de acordo com os princípios do RGPD.

19. POLÍTICA DE COOKIES

"Cookies" são pequenas etiquetas de software que são armazenadas nos equipamentos de acesso através do navegador (browser), retendo apenas informação relacionada com as preferências, não incluindo, como tal, os dados pessoais. Os cookies servem para ajudar a determinar a utilidade, interesse e o número de utilizações dos *websites*, permitindo uma navegação mais rápida e eficiente, eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações.

O objetivo principal dos cookies é o de reconhecer o utilizador, cada vez que acede ao portal académico

A Faculdade de Direito utiliza cookies no seu portal académico <https://fenix.fd.ulisboa.pt> para melhorar o desempenho e a experiência do utilizador.

O acesso e navegação no portal académico <https://fenix.fd.ulisboa.pt>, ou a utilização dos seus serviços, implica a aceitação dos termos e condições da Política de Privacidade.

A FDUL utiliza cookies para facilitar e proporcionar uma melhor experiência de navegação, sendo responsável pelo tratamento dos dados obtidos através dos cookies, próprios e de terceiros, através do seu portal académico <https://fenix.fd.ulisboa.pt>, cabendo-lhe a decisão sobre o objetivo, conteúdo e uso desse tratamento.

Os cookies utilizados pela Faculdade de Direito observam os princípios da anonimidade e confidencialidade e têm como única finalidade reconhecer o utilizador, não sendo utilizados em caso algum para recolher informação que identifique o utilizador, nem para finalidades de marketing direto. Os cookies ajudam o portal académico <https://fenix.fd.ulisboa.pt> a reconhecer o dispositivo do utilizador da próxima vez que este a visita. Quando acede ao portal académico, o utilizador aceita expressamente o uso deste tipo de cookies nos seus dispositivos. Se os desativar, a navegação poderá não ser otimizada e algumas das funcionalidades do site poderão ser afetadas.

Nos termos legais, a FDUL informa que o utilizador pode configurar o browser para gerir e manter a sua privacidade e segurança em relação aos cookies. Por conseguinte, pode bloquear cookies através das ferramentas de configuração do browser que utilize.

Para a FDUL, o utilizador aceita o uso de cookies na eventualidade de continuar a navegar na presente página, sem ter procedido à respetiva desativação. As definições de cookies podem ainda ser alteradas nas preferências do seu navegador

20. VIOLAÇÃO DE DADOS

Em caso de violação de dados pessoais, e na medida em que tal violação seja suscetível de resultar num risco elevado para os direitos e liberdades do titular, o Encarregado de Proteção de Dados notificará a autoridade de controlo nacional dessa violação, bem como comunicará a violação ao titular dos dados, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma.

Nos termos do RGPD, a comunicação ao titular não é exigida nos seguintes casos:

- Caso a FDUL tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso FDUL tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades do titular já não é suscetível de se concretizar; ou
- Se a comunicação ao titular implicar um esforço desproporcionado para a Universidade, caso em que esta fará uma comunicação pública ou tomará uma medida semelhante através da qual o titular será informado.

Qualquer violação de dados pessoais, cujo tratamento seja da responsabilidade da FDUL, poderá ser reportada através dos seguintes meios:

- Através de e-mail, a remeter para rgpd@ulisboa.pt

Documento atualizado em junho de 2021